

OS INVISÍVEIS ENTRE OS INVISIBILIZADOS: CATADORES E CLUBES DE TROCA E O DESAFIO DA SOLIDARIEDADE

Magda Luiza Mascarello⁷³

Maria Izabel Machado⁷⁴

Resumo: Desde a década de 80 tem-se assistido a emergência de inúmeras iniciativas e empreendimentos de geração de renda e redução da pobreza. Entre essas experiências encontram-se as alocadas no campo da Economia Solidária compreendendo empreendimentos que partilham de um determinado conjunto de princípios e valores, entre eles o respeito aos saberes, a relações horizontais de poder através da autogestão e distribuição equitativa dos recursos. Na medida em que se expande o leque de iniciativas algumas se destacam ganhando notoriedade em função do potencial humano e financeiro que mobilizam, em especial cooperativas de crédito e agrícolas. Contudo, ainda no bojo dos empreendimentos solidários, há um conjunto de iniciativas relegadas à invisibilidade, em especial Clubes de Troca e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, sobre os quais há poucos estudos ou mesmo referências na literatura especializada sobre o campo. Nesse sentido nos perguntamos sobre os processos engendrados nessa dupla invisibilização: são grupos que estão fora do mercado formal de trabalho e à margem dos empreendimentos considerados suficientemente relevantes para reivindicar recursos e políticas públicas. Qual seria o lugar social sobre o qual se inscreve o trabalho produzido por esses agentes? Quais os impactos objetivos e subjetivos dessa dupla invisibilização? A partir de levantamentos empíricos se pretende problematizar questões acerca de conceitos como trabalho, gênero e desigualdade.

Palavras-chave: Economia Solidária, Catadores, Clubes de Troca, Mapeamento

INTRODUÇÃO

Assiste-se nos últimos anos a um significativo aumento na produção bibliográfica acerca da chamada Economia Solidária. Certamente em virtude da multiplicação de iniciativas alocadas no rol de empreendimentos que se aproximam de princípios como autogestão e equidade na divisão de resultados. Assim como se multiplicam experiências também se amplia o leque de perspectivas interpretativas sobre elas. Os recortes possíveis, assim como o fazer científico de maneira geral, são contingentes, invariavelmente privilegiam determinados aspectos em detrimento de outros. O que se percebe, no entanto, revisando parte da literatura sobre o campo tida

⁷³ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (PPGAS – UFPR)

⁷⁴ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS – UFPR)

como consensual é que esta tem produzido invisibilizações significativas, sobretudo no tocante a grupos de pouca expressividade econômica como Catadores e Clubes de troca.

No caso dos Clubes de Troca sobrepõe-se ainda a variável complexificadora “gênero”, que permite problematizar dados dos recentes mapeamentos realizados em escala nacional sobre os Empreendimentos Solidários e seus participantes. Nesse sentido pretendemos com o artigo chamar a atenção para os desafios inerentes à construção e consolidação do campo teórico em torno da Economia Solidária, em especial ao risco de, na tentativa de consolidar conceitos e o próprio campo, reproduzirmos lógicas e dinâmicas excludentes. Para isso trataremos na primeira parte de algumas abordagens teórico metodológicas em torno da Economia Solidária e seguiremos com uma análise dos mapeamentos de Empreendimentos Solidários e suas implicações.

ABORDAGENS E SEUS RECORTES

Assim como se multiplicaram as iniciativas conhecidas como economia solidária, multiplicaram-se também a produção teórica e a reflexividade sobre elas. A literatura sobre economia solidária, seja ela nas ciências sociais ou outras áreas de conhecimento, ora de teor mais normativo militante, ora mais institucional e empírico, ora ainda com caráter filosófico e generalista, apresenta uma construção conceitual que passa por múltiplas interpretações, com variações significativas em sua delimitação tanto semântica, quanto hermenêutica. Em inúmeros casos, inclusive, militância e academia se interpenetram e confundem, produzindo certa teorização que imprime um novo conjunto de normas na construção de sentidos de práticas cotidianas dos diferentes agentes da economia solidária, dentro e fora da academia.

Da perspectiva metodológica às práticas, as experiências solidárias são normalmente classificadas em três categorias: empreendimentos, que são os grupos de produção, consumo e/ou crédito; assessoria, geralmente militantes pertencentes às entidades de apoio aos empreendimentos, em sua maioria ONGs e universidades; e gestores públicos, os técnicos e profissionais que estão na condução das políticas públicas de economia solidária em municípios e estados.

Alguns autores têm destacado a importância de se conhecer a trajetória das pessoas engajadas na economia solidária e o processo de socialização dos seus

participantes nas diferentes instâncias. Um olhar atento sobre estes permite perceber diferentes perspectivas e interpretações dos agentes e sua inserção no campo em suas múltiplas variações. Bertucci (2010), por exemplo, identifica duas interpretações recorrentes mobilizadas nas investigações sobre o tema. Para o autor, alguns estudiosos partem do questionamento das relações sociais produzidas pelos processos de assalariamento e afirmam que o trabalho associado é uma estratégia política e uma prática de emancipação dos trabalhadores; outros, por sua vez, se firmam sobre o argumento da importância do pertencimento coletivo como desenvolvimento de autoestima e de sobrevivência.

Uma das tendências mais difundidas é a que toma a Economia Solidária como forma de resistência dos setores populares à crise estrutural do trabalho e o recuo de políticas sociais experimentadas no Brasil especialmente entre as décadas de 80 e 90. Entre os ufanistas da Economia Solidária que veem em suas iniciativas as bases de um novo modo de produção e os mais pessimistas que a interpretam como estritamente funcional ao capitalismo, uma vez que se ocupa dos *inúteis para o mundo* (CASTEL, 2009) há os mais cautelosos, que admitem suas contradições internas e defendem, entre outros aspectos, que a Economia Solidária não é a única alternativa dos setores populares. Nessa perspectiva diferenciam, por exemplo, Economia Solidária e Economia Popular. Embora as expressões se assemelhem e sejam com frequência equiparadas, não são convergentes, nem toda economia popular é solidária, embora como afirmam Cunha e Santos (HESPANHA & SANTOS (org.), 2011) no Brasil grande parte da economia solidária se situa no campo da economia popular.

Também Pereira (2011), em uma perspectiva teórico-epistemológica sintetiza diversas pesquisas até então realizadas, classificando-as em quatro grandes e diferentes teses que mobilizam argumentos favoráveis e/ou contrários sobre este fenômeno social. Para a autora, é possível identificar na literatura a defesa da economia solidária como um modo de produção que enseja o socialismo; ou como uma economia que, embora não-capitalista e plural, não dá conta de apontar para mudanças significativas na estrutura do modo de produção; ou ainda como uma política pública inovadora de inclusão social e; acrescenta uma tese contrária que a define como um conjunto de atividades que precariza e flexibiliza as relações de trabalho.

A primeira tese apontada pela autora reconhece a economia solidária como um embrião de modo de produção socialista e tem em Paul Singer, economista e atual secretário nacional de economia solidária, seu principal expoente. Singer compreende e identifica a prática como uma resposta à situação de pobreza resultante do desemprego e da crise de um sistema onde “não há lugar para todos”, que resulta na emergência de um cooperativismo autogestionário. Esse sistema mencionado pelo autor chama-se capitalismo e tem no Brasil sua máxima expressão de expropriação dos trabalhadores durante a crise do emprego que teve seu ápice na década de noventa, conforme mencionamos. Em sua teoria, para situar o cooperativismo autogestionário, ele retoma o cooperativismo revolucionário europeu do século XIX e identifica na emergência da economia solidária nos anos de crise, seu ressurgimento. O autor defende que a melhor estratégia de enfrentamento da crise é quebrar o isolamento social dos desempregados e criar redes de iniciativas coletivas de produção, favorecendo a cooperação e o intercâmbio e alcançando, desta maneira, o êxito de um modo de produção diferente, pautado nos princípios socialistas. Para que isso aconteça, é imprescindível ganhar espaço no aparelho estatal e na definição de políticas públicas e crescer em visibilidade para conquistar apoio da sociedade civil e ocupar as brechas deixadas pelo sistema vigente a fim de condensar forças para a transformação social. A economia solidária aparece então, na perspectiva do autor, como uma “sementeira” de um novo modo de produção capaz de transformar a estrutura social. Em síntese, a questão central apresentada por Singer:

é repensar o projeto socialista, conceber uma nova forma de socialismo aprendendo com os erros do socialismo real. Na maioria de seus escritos Singer trata destas questões e as formas autogestionárias de produção são vistas como um elemento importante para a preparação de um novo modo de produção que seria “capaz de competir com o modo de produção capitalista” (1998, p.182). A economia solidária é, então, vislumbrada como a formação de um novo modo de produção socialista, mas um tanto diferente do socialismo real que vigorou até agora. Para Singer, é preciso admitir que é necessário conservar o mercado, regulado e dirigido por entidades extra-mercado, mas isso depende da radicalização da experiência democrática. (LECHAT 2004, p. 215)

Para que os trabalhadores dos grupos associativos possam engajar-se neste projeto revolucionário, Singer defende a necessidade de estabelecer uma “educação cooperativa” para a criação de novos pressupostos culturais de organização do trabalho, estimular a “crença nos valores centrais do movimento operário socialista: democracia na produção e distribuição, desalienação do trabalhador, luta direta dos

movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e a exclusão”. (Lechat, 2004, p. 218 apud Singer 1999). Insiste portanto, na contínua reafirmação dos valores considerados democráticos e na elaboração de um projeto político-pedagógico para a produção solidária.

É importante salientar que as proposições do autor, ao protagonizarem uma corrente teórica de caráter acadêmico-militante, também participam da criação da própria economia solidária, não somente como tema de investigação científica, mas igualmente como fenômeno social. No livro que se tornou marco na delimitação da economia solidária no Brasil, intitulado “A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego”, publicado em 1996, Singer afirma a existência da prática no país e reúne em um único lugar e sob uma única denominação, uma coletânea de artigos sobre diferentes experiências consideradas exitosas: a economia solidária. A partir deste momento está formado um campo de mobilizações sociais e de investigação acadêmica, onde as iniciativas de geração de trabalho e renda de sindicatos, movimentos sociais, igrejas, empresas autogestionárias, governos e universidades passam a pertencer a um único e mesmo universo. Esta tendência inaugurada por Singer se fortalece no fato dele ter assumido a coordenação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), função que conserva até o presente.

A segunda tese - a economia solidária como uma economia não-capitalista e plural - parte da definição de uma economia formada por diversas atividades econômicas, organizadas em conjunto a partir dos princípios da cooperação, autonomia e gestão compartilhada, onde se tem a primazia da solidariedade cooperativa sobre o individualismo utilitarista do mercado. Tem entre seus principais propositores Luis Inácio Gaiger, Genauto França-Filho e Jean-Luis Laville. Autores que defendem que a economia solidária cria uma nova racionalidade produtiva resultando em ganhos extraeconômicos, além de gerar resultados materiais efetivos a partir da centralidade do trabalho e da afirmação de sua organização coletiva. É possível perceber nas proposições dos autores certa noção de eficiência imbricada nas práticas dos empreendimentos econômicos solidários que abre espaço para a satisfação das necessidades materiais, e ao mesmo tempo socioculturais e ético-morais dos indivíduos e coletividades, como uma forma de reprodução ampliada da vida.

Uma das singularidades de Gaiger na produção teórica sobre a economia solidária foi o reconhecimento da presença e influência das chamadas entidades de apoio aos empreendimentos como parte relevante do fenômeno social, em sua maioria pertencentes ao terceiro setor:

Os projetos alternativos são apresentados como fazendo parte de um conjunto mais amplo sob o título “movimentos de base”. (...) Este movimento é visto como composto de três tipos de atividades, as questões culturais, a reapropriação dos espaços da vida cotidiana e as práticas econômicas alternativas, sob forma de autogestão e cooperação. (...) Para ele [Gaiger], o ganho destes projetos está na passagem de uma vida comunitária para uma prática cidadã vivenciada como uma “sociabilidade distinta” que modifica a visão de mundo e a compreensão da vida individual e coletiva onde a participação social torna-se um “valor intrínseco”. [...] Finalmente, o mérito destas experiências estaria no “ensaio de uma nova forma de convivência, de onde, aliás, estão emergindo formuladores e condutores das reivindicações populares” o que permite vislumbrar a implementação de políticas sociais inovadoras. (LECHAT, 2004, p. 261).

No entanto, ainda que os autores que defendem esta tese tragam para o cenário de produção acadêmica sobre a temática o caráter alternativo das iniciativas da economia solidária, e o fazem muitas vezes a partir de análises empíricas de experiências concretas, e este alternativo remete mais a uma saída da condição de pobreza e de desemprego do que a uma postura ideológica de enfrentamento ao sistema capitalista. A partir disso, defendem que estas iniciativas ocupam os interstícios e lacunas da economia do capital e se organizam a partir de *outra* lógica, não mercantilista, que pode vir a resultar em um mercado de caráter não capitalista. Esta perspectiva vem sendo fundamentada principalmente no conceito de economia plural de Karl Polanyi que estabelece três possíveis lógicas nas economias reais: a não monetária, fundada no princípio da reciprocidade; a não mercantil, fundada no princípio da redistribuição; e a mercantil com o princípio da oferta e da procura; e nas teorias da reciprocidade, principalmente Laville e França Filho, que recuperam o “dom” maussiano e o introduzem na teoria reconhecendo-o como motor e performador das alianças estabelecidas nos empreendimentos, e destes entre si, como o elemento que as sela, simboliza, garante e permite a existência e a participação no campo da economia solidária, abrindo espaço, ao mesmo tempo, para vivências profundamente coletivas e eminentemente individuais. Estas proposições, no entanto, chamam a atenção pela timidez em salientar os aspectos conflitivos do dom maussiano. Vale lembrar que para Mauss (1950), a dádiva como um fato social total reúne pessoas e grupos que intercambiam bens e que, se de um lado produzem sentimentos de

amizade, pertencimento e comunhão, de outro, tais presentes são também trocados a partir do princípio da rivalidade e do antagonismo, reunindo ao mesmo tempo e num mesmo feixe de relações, desinteresse e obrigação.

As duas teses aqui assinaladas são as mesmas que defendem as políticas públicas de economia solidária em suas diversas variações, normalmente como ações estatais de caráter inovador, republicano e democrático, orientadas para o chamado desenvolvimento social.

A tese que faz a crítica à economia solidária, identificando-a com formas precárias de ocupação dos trabalhadores e o reconhecimento público e oficial do desassalariamento, fundamenta-se em algumas proposições da teoria marxista clássica e concentra-se, segundo Pereira (2011), principalmente na análise e contraposição aos argumentos de Paul Singer compreendidos aqui como induções de um significado de economia solidária dissociado de sua realização concreta e empírica nos empreendimentos econômicos existentes.

Autores como Ricardo Antunes (2009), por exemplo, alocam as experiências de economia solidária no rol das práticas funcionais ao modelo de economia neoliberal reafirmando a subordinação e flexibilização das relações de trabalho, alçadas à condição de política pública nacional, como uma forma de difusão da cultura do autoemprego dos anos anteriores, que acaba por legitimar o trabalho informal e, nesse sentido, nada tem do suposto caráter renovador apontado pelas teses acima citadas. A economia solidária seria tão somente um aprofundamento da crise neoliberal da década de noventa, cumprindo papel de funcionalidade em relação ao sistema atuando como um mecanismo minimizador da barbárie (ANTUNES, 2009, p. 113), sendo que as possíveis soluções seriam assumidas pelo terceiro setor, com apoio institucionalizado do Estado a partir da Secretaria Nacional de Economia Solidária, acabando por flexibilizar e precarizar as relações trabalhistas.

Isto posto, deparamo-nos com o desafio de lançar mão de referenciais teóricos, epistemológicos e metodológicos que deem conta da complexidade de experiências sendo vivenciadas em seus múltiplos aspectos. Um dos pontos de tensão está na maneira como se tem produzido dados que informam a leitura da prática. Não se trata apenas de produzir leituras adequadas e abrangentes, mas partimos da concepção que uma vez produzidos dados e conceitos estes teriam potencial inclusive de retroalimentar as práticas.

A economia solidária aparece sempre em trânsito entre modelos mais universalizantes (como superação do capitalismo) ou mais localizados (como alternativa de resistência ou sobrevivência), segundo a interpretação do pesquisador e as características empíricas específicas do material, local ou grupo investigado. Entende-se que o ponto de partida destas pesquisas toma esses modelos enquanto unidades dicotômicas, e além de assimetrias e hierarquizações, abriga o risco de ler as experiências a partir de concepções substancialistas de elementos que se contrapõem, resultando em comparações e generalizações tão somente compreendidas no contraste, perdendo-se pelo caminho investigativo as complexidades e singularidades da economia solidária e de suas diversas manifestações em contextos específicos.

A EXPERIÊNCIA DOS MAPEAMENTOS E A CRIAÇÃO DO REAL

Desde que a expressão Economia Solidária foi utilizada pela primeira vez em 1996 pelo economista Paul Singer em um periódico de circulação nacional (MOTTA, 2010) desencadeou-se um processo no sentido de construir definições acerca do que seria Economia Solidária e definir seus princípios. Tarefa essa eivada por desafios: definir o que é implicava definir o que não é, o que entra e o que fica de fora. Mais que uma preocupação semântica ou preciosismo teórico a construção do campo e delimitação dos conceitos repercute de forma objetiva em instâncias práticas como representatividade e o consequente acesso a recursos disponíveis, por exemplo.

A expressão disseminada por Singer passou a aglutinar organizações e movimentos sociais especialmente desde o Fórum Social Mundial realizado em 2001. Constituiu-se a partir, a partir de então um Grupo de Trabalho (GT) de abrangência nacional formado por ONGs de atuação nacional (Fase, Pacs e Ibase⁷⁵), a Cáritas Brasileira, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (MOTTA, 2010, p. 4).

O objetivo desse Grupo de Trabalho que passou a reunir-se entre as edições do Fórum Social Mundial era primeiramente pleitear junto ao governo federal a criação de uma secretaria nacional. A mesma foi criada em 2003 ligada ao Ministério do

75 Fase (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional), Pacs (Instituto de políticas Alternativas para o Cone Sul) e Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas).

Trabalho e Emprego e assumida por Paul Singer. Além disso, foram promovidas pelo Grupo de Trabalho plenárias nacionais que desembocaram na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), com a função principal de ser um canal de interlocução entre o movimento Economia Solidária e as instâncias governamentais. Fórum e Senaes, portanto, estreitamente articulados desde um princípio.

Alguns caminhos da construção política e teórica desse campo são refeitos pela antropóloga Eugênia Motta (2010) no sentido de apontar como em determinados contextos e a partir de uma conjuntura específica é criada no Brasil a Economia Solidária e com a emergência do conceito cria-se a existência mesma. Para a autora o processo de quantificação teria o potencial de criar realidades (2010, p. 99), referindo-se especificamente ao mapeamento nacional de empreendimentos solidários realizado no ano de 2005 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária.

O mapeamento e a posterior criação do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) tinha a pretensão de que os dados fossem significativos para três campos: Estado, movimento social e academia. Era preciso do ponto de vista estatal produzir dados que justificassem a existência da SENAES, atendendo por sua vez interesses acadêmico-científicos das Incubadoras universitárias, mas sobretudo, os dados visibilizariam e legitimariam o movimento em si (MOTTA, 2010, p. 118).

As primeiras tentativas de padronização das informações resultaram frustradas diante não apenas da diversidade de iniciativas, mas também dos diversos métodos de coleta e sistematização dos dados disponíveis. A tentativa de aproximação do mapeamento com o IBGE e sua consolidada metodologia também não foi bem sucedida. Segundo o Instituto, sua metodologia seria incompatível com o conceito mesmo de Economia Solidária. Esses fatores somados à limitação de recursos financeiros disponíveis desencadeou a construção do mapeamento no seio do próprio Grupo de Trabalho desdobrado em um GT Mapeamento, cuja tarefa era construir e implementar instrumentos e estratégias para o levantamento dos dados necessários.

De acordo com Eugênia Motta:

O mapeamento consistia em realizar um levantamento de informações sobre Empreendimentos Econômicos Solidários, com a aplicação de um questionário, cujo conteúdo procurava mostrar aquilo que o GT Mapeamento considerou como as principais características que precisavam ser conhecidas. Os questionários deveriam ser preenchidos a partir de entrevistas realizadas por agentes treinados, no local de funcionamento do EES. As chamadas Entidades de Apoio e Fomento também deveriam ser identificadas, mas a elas cabia um questionário muito mais curto, que prescindia da aplicação por parte de um entrevistador. (2010, p. 102)

Após a coleta os dados passaram por uma espécie de tratamento no qual as inconsistências eram identificadas e remetidas aos entrevistadores para esclarecimento, correção ou descarte. Só então passando a compor o banco de dados nacional que culminou no lançamento do *Atlas da Economia Solidária no Brasil* (MTE, 2006), formalizado por uma portaria ministerial que reconhecia oficialmente o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), o que implicava na regulamentação das instâncias e processos decisórios, ou seja, na institucionalização e legitimação da Economia Solidária no Brasil.

Em 2007 sentiu-se a necessidade de uma volta ao campo para ampliação do escopo da pesquisa inicial chegando em áreas e empreendimentos onde na primeira investida não havia-se chegado. Nos dois anos de pesquisa foram compilados dados de aproximadamente 22 mil Empreendimentos Econômicos Solidários, expressão criada durante a construção metodológica do mapeamento e que passou a designar as experiências que compartilhavam dos princípios e bases da Economia Solidária.

Em um intenso processo de disputa em torno das definições consideradas necessárias, criou-se certo consenso na expressão Empreendimentos Econômicos Solidários:

No âmbito do SIES, são caracterizadas como Empreendimentos Econômicos Solidários aquelas organizações:

a) coletivas - serão consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc.; b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; e e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (ANTEAG, 2009, P. 18J)

O mapeamento instituiu também as bases que permitem afirmar quem é e quem não é Economia Solidária: “O conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (ANTEAG, 2009, P. 17). Segundo o Atlas, são ainda características

importantes dos empreendimentos a cooperação, autogestão, atividade econômica e solidariedade, este último uns mais multivocais que compreenderia:

a preocupação permanente com justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida dos participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadores e consumidores (ANTEAG, 2009, P. 17).

As disputas e críticas em torno do mapeamento se deram em virtude da dificuldade de criar conceitos abrangentes que dessem conta da diversidade de empreendimentos. Para alguns a definição de Empreendimento Econômico Solidário deixaria de fora iniciativas importantes que não se enquadrariam nos requisitos primeiro da pesquisa e posteriormente das políticas públicas criadas a partir desta, destinadas aos empreendimentos. Na primeira investida do mapeamento era apenas suposto que os empreendimentos indicados para a pesquisa fossem “solidários”. Seria pelo preenchimento ou não dos requisitos estabelecidos nos parâmetros do SIES que o empreendimento seria dado como confirmado enquanto EES.

Para atender as demandas metodológicas os empreendimentos solidários foram aproximados da lógica empresarial, como demonstrou o relato etnográfico de Eugênia Motta ao ilustrar como ao mesmo tempo o questionário aplicado nos empreendimentos informa aos seus participantes sua identidade enquanto Economia Solidária e ensina-os, por exemplo, a calcular seus rendimentos (MOTTA, 2010, p. 139). O critério de definição de um EES passa, portanto, necessariamente por critérios de produtividade e viabilidade econômica. Fora desse circuito estaríamos tratando de formas primitivas de troca e/ou sociabilidade.

Esse recorte fica explícito ao analisarmos os dados e mapas contidos no Atlas (ANTEAG, 2009) e produzidos a partir do banco nacional de dados. Entre as informações que provocaram maior desconforto e contestação estão a representatividade urbano/rural e a distribuição por gênero na sistematização do número de participantes. Segundo o Atlas, diferente do que se pensava e do observado em atividades da Economia Solidária, a maior concentração de Empreendimentos Econômico Solidários está nas áreas rurais e com maioria masculina, em números que somam 63% em relação às mulheres.

Entre as hipóteses aventadas para a discrepância entre os dados e o imaginário tanto de militantes da Economia Solidária quando de assessores estaria o fato de que predominam no ambiente rural cooperativas agrícolas de médio e grande porte.

Ocupando vasta extensão territorial e montantes significativos de capital esses empreendimentos se destacariam em relação ao número de sócios e recursos envolvidos. Apesar de o trabalho ser de base familiar, as mulheres não são consideradas sócias. No espaço urbano segundo MOTTA (2010) a hipótese mais provável seria a de que grandes empreendimentos como fábricas recuperadas teriam no quadro de trabalhadores a maioria masculina.

Acrescentamos às hipóteses levantadas por MOTTA (2010) a prática cultural largamente explorada pelos consagrados institutos de pesquisa em identificar as tarefas de provisão familiar com figura do “chefe de família”. Como argumenta Zuleica Oliveira (2007), embora o IBGE tenha modificado metodologicamente sua base de coleta de sistematização de dados acompanhando as mudanças no cenário brasileiro é forte ainda a tendência de aproximação da noção de “chefe de família” da figura masculina.

Durante o ano de 2013 foi realizada uma nova ida à campo para a realização do 2º. Mapeamento Nacional, com dados parciais já divulgados, desta vez não para perguntar a respeito dos empreendimentos, mas acerca de seus participantes. A título de exemplo cabe mencionar a experiência de uma das autoras deste trabalho, entrevistadora no processo do mapeamento, que reforça a hipótese problematizadora acerca da predominância masculina nos empreendimentos e o modo como os dados são coletados. Entre os grupos visitados para o mapeamento estava um grupo de cinco mulheres que produziam bolachas caseiras em uma área rural no entorno da cidade de Ponta Grossa. As três que foram entrevistadas relataram separadamente o mesmo padrão: trabalhavam com a família na roça com a produção de fumo, em casa sozinhas cuidando da produção de hortaliças e animais de pequeno e médio porte, mas sem acesso ao dinheiro obtido com a venda do fumo, iniciaram a fabricação de bolachas em uma dinâmica onde o dinheiro obtido ali seria realmente delas.

Em outros empreendimentos visitados também foi possível observar o papel do (s) mapeamento (s) na “invenção” da Economia Solidária. Em dois empreendimentos na região litorânea do estado do Paraná os requisitos de viabilidade econômica foram verificados, no entanto seus participantes, com exceção de uma entre os 13 entrevistados, não tinham até aquele momento ouvido falar em Economia Solidária.

De um total de 8 empreendimentos visitados pela pesquisadora apenas um estava na capital paranaense e era este o único que já tinha ouvido falar em Economia Solidária. Contudo a experiência das participantes com as instâncias ditas solidárias

no município era extremamente negativa, o que implicou inclusive na relutância das entrevistadas em participar da pesquisa. A articulação dos EES feita via poder público (Fundação de Ação Social - Prefeitura Municipal de Curitiba) estava, segundo relatos, instrumentalizada no sentido de privilegiar determinados grupos em detrimento de outros conforme as relações interpessoais e de favorecimento estabelecidas. A consequência imediata era a impossibilidade de comercialização dos produtos nas feiras promovidas pela prefeitura.

Outro elemento interessante é que, não obstante tenha-se notícia e estudos a respeito dos diversos grupos de Economia Solidária presentes na capital (Clubes de Troca, Padarias Comunitárias, Cooperativas de Catadores)⁷⁶, apenas um foi indicado no lote regional para a pesquisa. Aqui vemos reforçada uma tensão já presente no primeiro mapeamento, ao trazer critérios de viabilidade econômica para o centro do recorte analítico, o que evidentemente deixou de fora de seu escopo experiências que tinham nas relações ditas solidárias seu sustentáculo.

Para Eugenia Motta as práticas familiares ou consideradas mais primitivas de troca não comporiam o escopo dos Empreendimentos Solidários porque não teriam na economia a razão de ser de sua existência. Nesse ponto trazemos à reflexão as práticas dos Clubes de Troca que como demonstram pesquisas anteriores⁷⁷, embora tenham nascido de uma conjuntura específica de desmonetarização da economia tem atuado de forma a transcender as trocas econômicas produzindo sociabilidades mais que rendimentos ou resultados monetários.

O que regula as práticas nos Clubes de Troca é, sobretudo, a necessidade em detrimento do lucro. A solidariedade baliza os parâmetros de justiça: não interessa o valor do objeto trocado ou possíveis perdas, é a necessidade do outro envolvido na troca que a baliza, a urgência mais que a vantagem. Mais que isso, não se trocam os objetos pelo valor de mercado. À toalha de crochê só se atribui valor enquanto um trabalho realizado por alguém, ou seja, o objeto é valorizado porque é trabalho de Maria, da Joana, etc. Nesse sentido os grupos parecem constituir-se mais como

76 Disponível em: < <http://www.cefuria.org.br/atuacao/>>. Acesso em 09 abril 2014.

77 CARNEIRO, Gisele; BEZ, Antonio. Clubes de troca: rompendo o silêncio, construindo outra história. Curitiba: Editora Popular, 2011, 160 p.

MACHADO, Maria Izabel. “Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo”: O Clube de Troca e a construção da sociabilidade. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFPR/PPGS, Curitiba, 2003, 127 p.

_____. Economia Solidária e Emancipações: proximidades e distanciamentos. 2009. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, UFPR, 2009, 54 p.

espaço de reconhecimentos mútuos do que como empreendimentos econômicos. Reconhecimento que passaria primeiro pelo sentido atribuído ao trabalho, não envolvendo apenas o remunerado formalmente, mas toda ação socialmente útil, capaz de tocar outras pessoas pela necessidade ou sensibilidade.

A perspectiva qualitativa que julgamos mais adequada para a abordagem de fenômenos como estes evita que sejam jogados por terra os significados produzidos pelos agentes para suas ações e os impactos produzidos que ultrapassam as fronteiras físicas ou temporais dos Clubes de Troca. Relegá-los à irrelevância porque não produzem indicadores econômicos seria ignorar o potencial e o papel que exercem no restabelecimento de sociabilidades primárias e na construção de redes de proteção.

A produção acadêmica sobre catadores de materiais recicláveis é mais recorrente do que aquela que se dedica aos clubes de trocas. Em uma pesquisa nas teses e dissertações do portal da CAPES⁷⁸ e do Domínio Público⁷⁹ a partir do verbete “economia solidaria” encontramos 73 trabalhos de diferentes áreas do conhecimento, publicados entre 2003 e 2012. As Ciências Sociais é a área que mais tem se dedicado a estas pesquisas, reunindo 24% dos trabalhos, seguida pela Administração com 20% e o Serviço Social que reúne pouco mais de 13% da produção. Entre os trabalhos sistematizados, nenhum se dedica aos clubes de trocas, enquanto encontramos 5 pesquisas que tomam como objeto de investigação os catadores de materiais recicláveis.

Evidentemente estes dados não são absolutos, visto que diversos trabalhos de pós-graduação não estão registrados no banco de teses e dissertações do Domínio Público e CAPES. No entanto, sua relevância permanece uma vez que indicam tendências da produção teórica acadêmica, conforme acima assinalados. A título de exemplo podemos mencionar o aumento significativo no número de trabalhos elaborados nos anos seguintes ao mapeamento. Até 2005 encontramos somente duas pesquisas sobre a temática, sendo uma neste mesmo ano e a outra em 2003, passando à 10 trabalhos em 2006, 12 em 2007 e 17 em 2008. Números que corroboram com o argumento que vimos desenvolvendo de que o mapeamento nacional de empreendimentos econômicos solidários produz estatísticas e estas, por

78 Disponível em: < www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses >. Acesso 10 abr 2014.

79 Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 10 abr 2014.

sua vez, alimentam teorias acadêmicas e políticas públicas. Juntas, estatísticas, teorias acadêmicas e políticas públicas vão criando a economia solidária a âmbito mais institucional. Aliás, é curioso salientar que 34% dos trabalhos se dedicam ao estudo, proposta e avaliação de políticas públicas de economia solidária a nível universitário (com as incubadoras), municipal ou nacional.

A invisibilização dos catadores na economia solidária, portanto, passa por outras dinâmicas. Apesar de aparecerem nas pesquisas acadêmicas sobre a temática, são comumente utilizados como exemplo referencial para a tese que define a economia solidária como flexibilização das relações do trabalho, centrando suas atenções na precariedade e pobreza destes trabalhadores e na não viabilidade econômica de seus empreendimentos. Embora algumas pesquisas, ainda que baseadas na pobreza, assinalem elementos outros para além da precarização do trabalho, como o caso de Bianca Costa (2007) que em seu resumo indica que “apesar dos limites de renda e benefício trabalhistas presentes nas iniciativas gestonárias, esses espaços podem ser férteis para o exercício de relações mais democráticas e conquista de autonomia”, a maioria dos trabalhos sobre catadores insistem no argumento contrário à alternatividade da economia solidária, ou então a colocam sob suspeita:

A economia solidária, um movimento recente que tem se estendido em diferentes configurações por todo o mundo nas últimas décadas é frequentemente tida como um suspiro do pensamento romântico dos socialistas utópicos. De fato, não se tem clareza sobre o que seria o próprio socialismo utópico, sendo que dentro desse estigma são incluídos diversos pensadores socialistas que escrevem antes de Marx e Engels, ou seja, antes do chamado “socialismo científico”. Se por um lado a economia solidária distancia-se da realidade revolucionária inspirada na prática marxista, tampouco pode ser taxada como socialismo utópico. Ela surge em um novo contexto histórico de evolução do capitalismo contemporâneo e deve ser compreendida dentro desse quadro. (Bertucci, 2008)

Os catadores de materiais recicláveis, portanto, ainda que chamando a atenção de pesquisadores, estariam igualmente *fora* da economia solidária, ou porque esta simplesmente não existe enquanto tal uma vez que é mais uma forma de flexibilização do trabalho no capitalismo contemporâneo, ou então porque os dados que apresentam enquanto viabilidade econômica e autogestionária do empreendimento não são suficientes para elevá-lo ao estatuto de alternativa ao sistema dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber, remeter a gênese da economia solidária tão somente às diferentes filosofias socialistas articuladas às mudanças conjunturais das décadas de 80 e 90 no Brasil insistentemente citadas nas teorias da área e retomadas pelos movimentos sociais e pelo Estado, não dá conta da complexidade do fenômeno. Suas significações são constantemente recriadas pelos agentes e mobilizadas em espaços múltiplos, assim como plurais são suas definições possíveis. Conforme apontamos, a visibilidade do fenômeno, por exemplo, pode ser remetida ao conceito heurístico sob o qual Paul Singer (1996) reuniu experiências diversas na obra “**A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**”, conceito posteriormente endossado, ampliado e alimentado por outros intelectuais. Ou então no mapeamento nacional (2005) que emergiu como prova da existência do fenômeno e desencadeou um conjunto de iniciativas estatais e, através de seu sistema de informações (2006) que chegou com o estatuto autoridade científica, vem nutrindo inúmeras pesquisas acadêmicas que ampliam a visibilidade, complexidade e pertinência da temática. Origens múltiplas portanto, que comportam em si algo de polissemia, ambiguidade e diversidade.

A partir dessa leitura do fenômeno sociológico, o que queremos salientar nesta discussão é que, segundo uma perspectiva teórica epistemológica o risco estaria em reproduzir olhares e lógicas universalizantes insuficientes para abarcar a complexidade de experiências e sujeitos envolvidos na Economia Solidária. Perguntar apenas pelos dados do mapeamento, ou então pelo lucro ou resultados econômicos obtidos pelos empreendimentos é a mesma pergunta feita massivamente pelo mercado e que o autoriza a descartar contingentes imensos como *inúteis para o mundo*. Ao trazer para o centro da análise os critérios de viabilidade econômica relega-se a solidariedade a adereço, no sentido de que se não emancipa economicamente a experiência é irrelevante e enquanto tal não figura entre as passíveis de receber investimentos humanos e materiais.

Do ponto de vista praxiológico, afirmações como essas resultam não apenas na desqualificação de inúmeras atividades desenvolvidas no país, mas na sua condenação primeiro à invisibilidade, depois ao desaparecimento. Ao não serem enquadradas nos critérios de EES grupos como os Clubes de Troca e catadores, que não possuem existência jurídica e/ou não asseguram viabilidade econômica ocupam um lugar marginal, quando não fora, das políticas públicas e principalmente dos recursos destinados à geração de renda e promoção da cidadania. Como um círculo

vicioso: estão fora porque não geram renda e não conseguem implementar projetos de geração de renda porque estão fora.

Ou seja, o segundo mapeamento que teve entre seus objetivos aprofundar informações do primeiro a partir de seus agentes corre o risco de nascer comprometido, enquanto pretendia representar uma ampliação em relação ao anterior pode constituir-se em não mais que sua verticalização. Os empreendimentos considerados irrelevantes na primeira vez permaneceram com este status na segunda.

REFERÊNCIAS

ANTEAG. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. 2ª. São Paulo: Boitempo, 2009.

BERTUCCI, J. O. **A produção de sentido e a construção social da Economia Solidária**. Tese (Doutorado em Sociologia). UNB. Brasília. 2010.

CARNEIRO, G.; BEZ, A. **Clubes de troca**: rompendo o silêncio, construindo outra história. Curitiba: Editora Popular, 2011, 160 p.

CASTEL, R. **Metamorfoses da Questão Social**. 8ª. Ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009.

DOMÍNIO PÚBLICO. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br> Acesso em 10 abr 2014.

HESPANHA, P.; SANTOS, A. M. (Orgs.) **Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: Almedina, 2011.

LECHAT, N. M. P. **Trajetórias intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UNICAMP. Campinas. 2004.

MACHADO, M. I. **“Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo”**: O Clube de Troca e a construção da sociabilidade. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFPR/PPGS, Curitiba, 2003, 127 p.

_____. **Economia Solidária e Emancipações**: proximidades e distanciamentos. 2009. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, UFPR, 2009, 54 p.

MASCARELLO, M. L. **Economia Solidária em Dourados/MS**: um conceito multivocal. In: III CEPIAL Congresso de Cultura e Educação para a Integração da América Latina. 15 a 20 de julho de 2012. Curitiba. Anais eletrônicos III CEPIAL 2013. Disponível em: <

http://cepial.org.br/inc/anais/eixo7/310_MagdaLuizaMascarello.pdf>. Acesso em 09 abr 2014.

MASCARELLO, M. L. **A Economia Solidária no Brasil**: do contexto de origem aos significados da expansão. In: XIII Encontro Nacional da Abet. 28-31 out 2013. Curitiba. Anais eletrônicos XIII Abet 2013. Disponível em: < <http://www.abet-trabalho.org.br/anais/2013/GT%206%20Sessao%203.pdf>>. Acesso em 09 abr 2014.

MOTTA, E. S. G. **A ‘outra economia’**: um olhar etnográfico sobre a economia solidária. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2004.

MOTTA, E. S. G. **Trajetórias e Transformações no mundo da economia solidária**. Tese de doutorado. UFRJ, 2010.

PEREIRA, C. M. G. M. **ECONOMIA SOLIDÁRIA**: uma investigação sobre suas iniciativas. Dissertação (Mestrado em Economia). Campinas/SP. UNICAMP, 2011.

POLANYI, K. **A grande Transformação**. São Paulo: Campus, 2000.

PORTAL CAPES. Disponível em < www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses> Acesso em 10 abr 2014.